



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 09.006/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais a *Sra. Maria Aparecida Carneiro dos Santos*, matrícula 17.801-2, Auxiliar de Serviço, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, com 17 anos, 02 meses e 04 dias de tempo de serviço, e idade de 60 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo (Portaria AP nº 31/2018) e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC 09.006/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria Aparecida Carneiro dos Santos*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca

Gestor Responsável: Pedro Jacome de Moura.

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 243/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 09.006/18** referente à Aposentadoria Voluntária Proporcional a *Sra. Maria Aparecida Carneiro dos Santos*, matrícula 17.801-2, Auxiliar de Serviço, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório (Portaria AP nº 31/2018) tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2019.

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 15:31



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE

Assinado 15 de Fevereiro de 2019 às 12:39



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 09:50



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO